

## **Carta aberta à sociedade sobre o desastre ambiental em Mariana, MG**

Nós, cientistas envolvidos no estudo e conservação da biodiversidade, manifestamos nossa preocupação com as consequências associadas à liberação de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração na Bacia do Rio Doce em 05 de novembro de 2015. É difícil dimensionar com precisão as consequências deste desastre ambiental devido à grande área afetada (mais de 650 km do Rio Doce e tributários e dezenas de quilômetros do oceano Atlântico) e a complexidade dos sistemas ecológicos envolvidos. Este é, provavelmente, o maior desastre ambiental de nosso país. Grande parte dos serviços ecossistêmicos oferecidos pelo rio, florestas e animais para as populações humanas foram perdidos, causando prejuízos econômicos da ordem de bilhões de reais.

Lamentamos profundamente a destruição completa do povoado de Bento Rodrigues, pessoas falecidas, desaparecidas e desabrigadas. Além das diretamente afetadas, esse desastre compromete o bem-estar de milhões de pessoas e a economia de pelo menos dois estados brasileiros. De forma direta, o abastecimento de água potável para aproximadamente 800 mil pessoas está comprometido, o que pode gerar sérios prejuízos à saúde, ao bem-estar e à economia. A população residente na área afetada perdeu o direito constitucional básico de acesso à água e alimentos saudáveis. Ainda, devido à destruição dos estoques pesqueiros e paisagens naturais, o modo de vida e a subsistência de populações tradicionais e ribeirinhas foram destruídos. Além do prejuízo econômico causado pela perda dos peixes e comprometimento da atividade turística, os indígenas clamam a morte do seu rio sagrado, com alto valor cultural para essas populações. As perdas econômicas com a inviabilização de culturas agrícolas e abastecimento de água potável por tempo indeterminado são enormes.

A grande quantidade de sedimentos e minerais como ferro e manganês lançada reduziu a profundidade da calha do rio, provocando a morte dos peixes e outros animais por soterramento e asfixia. Os sedimentos também impedem a penetração de luz solar, provocando a morte de organismos fotossintetizantes, com efeitos em toda a cadeia alimentar. Como consequência da morte de uma grande quantidade de organismos, há o risco de extinção de espécies endêmicas da bacia do Rio Doce. Há indícios de metais pesados no rio após o rompimento da barragem. Esses metais são absorvidos por plantas e algas e, a seguir, acumulados nos tecidos dos animais. Além de afetar diretamente a biodiversidade, contaminam os solos e ao longo do tempo vão se acumulando em maior quantidade no organismo dos humanos que consomem a água, plantas e animais

contaminados. Esses poluentes podem percorrer longas distâncias e permanecer depositados no ambiente. Assim, também irão afetar a biodiversidade marinha no Espírito Santo. Por isso, alertamos para a necessidade de emissão de laudos técnicos sobre a qualidade da água para consumo humano e dessedentação de animais. Alertamos também para a necessidade de avaliação dos riscos associados ao consumo de plantas e animais do rio ou do mar, ou ainda de culturas agrícolas em solos do entorno.

Diante do exposto, sugerimos que: a) os dados de diagnóstico e monitoramento ambiental prévios ao acidente e quaisquer que venham a ser produzidos sejam disponibilizados para que possam ser analisados pelos cientistas e sociedade brasileira; b) imediatamente seja elaborado um plano com a participação da comunidade científica, órgãos ambientais e demais atores diretamente envolvidos para fiscalização e monitoramento das outras barragens de rejeitos de mineração em território brasileiro, principalmente da empresa em questão; c) na discussão dos projetos de lei **PL 37/2011 e PL 1610/1996** (modificam o Código de Mineração e facilitam a implementação de projetos de mineração dentro e fora de áreas de conservação), o Congresso Nacional reconsidere os riscos da atividade mineradora, levando em conta o interesse público de manutenção dos serviços providos pela biodiversidade e os direitos básicos de acesso à água e alimentos saudáveis pela população brasileira; d) coloque-se em prática a execução de um plano de restauração elaborado por cientistas capacitados de acordo com os interesses democráticos da população brasileira; e) os estudos de monitoramento e o plano de restauração sejam realizados por um período de longa duração, a fim de garantir que qualquer impacto ambiental, ainda que com efeitos a longo prazo, seja detectado.

Goiânia, 08 de dezembro de 2015.

Discentes e Docentes do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Evolução - UFG